

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANÁLISE DA ATIVIDADE DA AUTARQUIA

Com a aprovação da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, orçamento do estado para 2016, os municípios continuam a ver a sua gestão condicionada apesar de se terem verificado ligeiras melhorias, nomeadamente para municípios como o de Marvão, que estão em situação de equilíbrio financeiro. No que se refere ao endividamento, podemos afirmar que melhorou a sua análise para Municípios cumpridores, como Marvão, pois passou a aplicar-se o conceito de Dívida Total, isto é, o previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. O valor da Dívida Total, em 31 de dezembro de 2016, não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. No caso de Marvão, não poderia ultrapassar os 5.837.627 €.

A adequação dos recursos existentes, quer humanos quer financeiros, à satisfação das necessidades coletivas das populações é cada vez mais complicada. Pois, além de a nível social as carências serem superiores, há também necessidade de realizar investimentos fundamentais ao desenvolvimento do concelho.

Recursos Humanos

Sendo os recursos humanos a força impulsionadora de qualquer organização, é pertinente desenvolver-se uma caracterização, ainda que abreviada, dos recursos existentes no Município de Marvão, em 2016.

Em 31 de Dezembro de 2016, o Município de Marvão, contava com 93 trabalhadores, todos eles com contrato por tempo indeterminado.

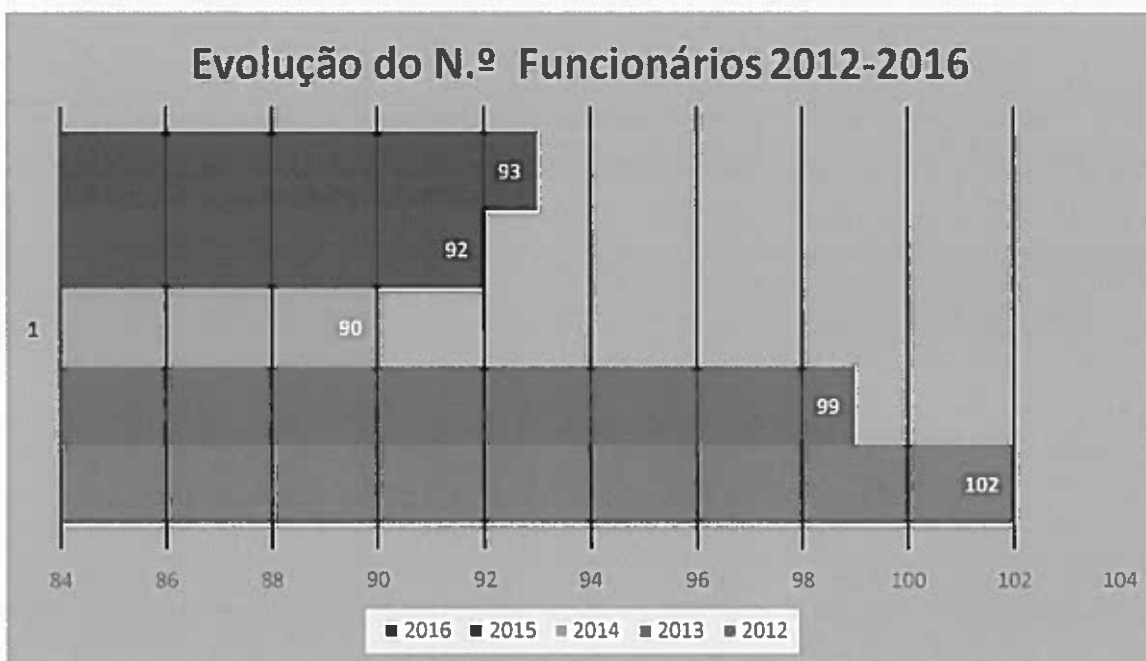
Distribuídos pelas respetivas categorias como se pode observar no gráfico:





Estruturalmente, predominam as carreiras/categorias de assistente operacional (64 trabalhadores) e assistente técnico (19 trabalhadores).

A evolução do n.º de funcionários, nos últimos anos é a que podemos visualizar no gráfico seguinte:

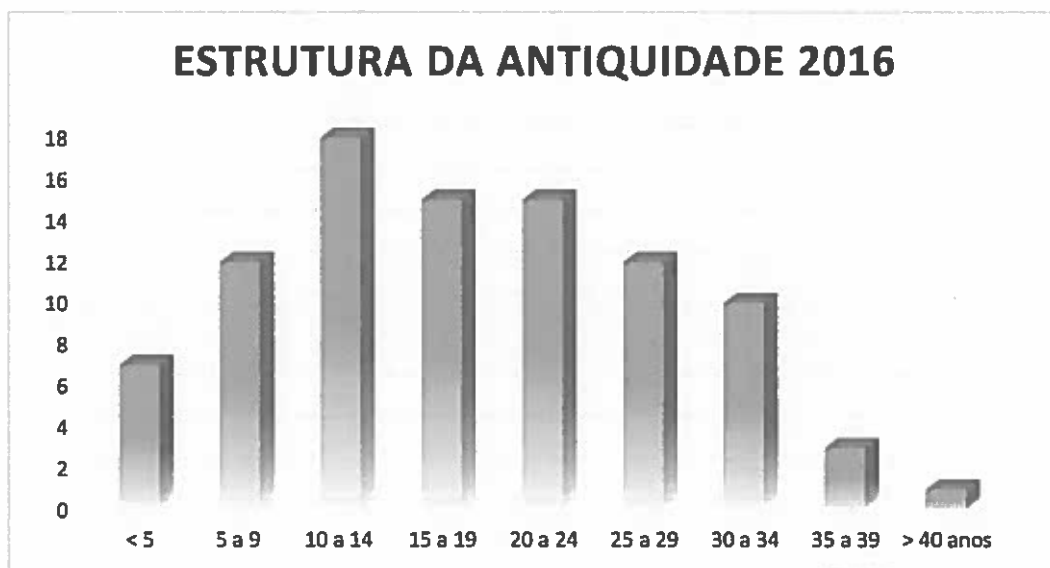


O município conta, no final de 2016, com menos 9 trabalhadores do que contava no final de 2012.

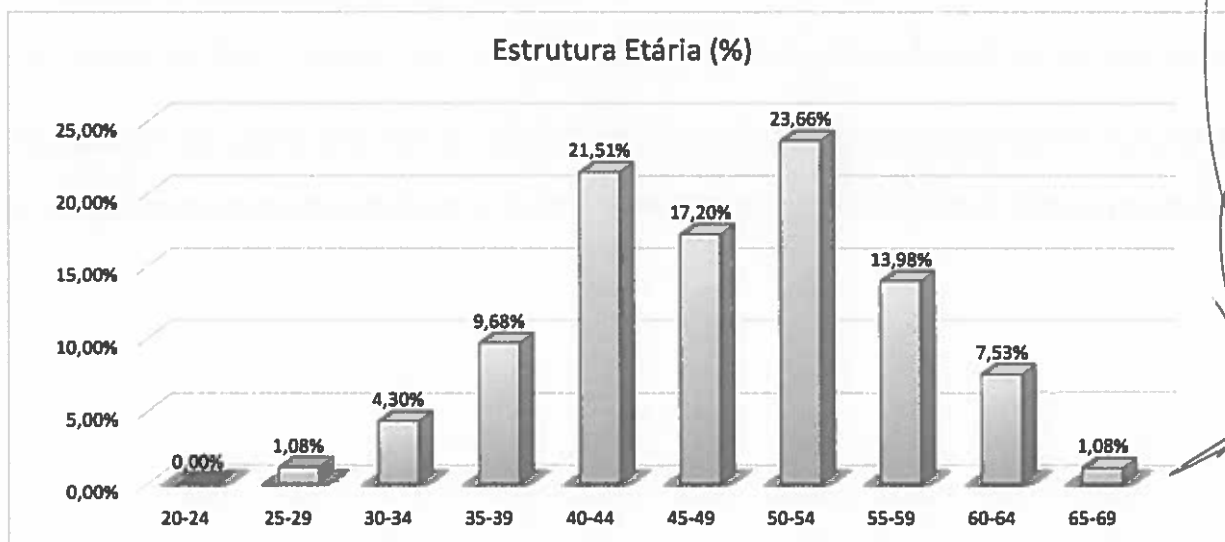
[Handwritten signatures and notes on the right side of the page]

3. Durante o ano de 2016, entraram no quadro do Município 4 funcionários e aposentaram-se

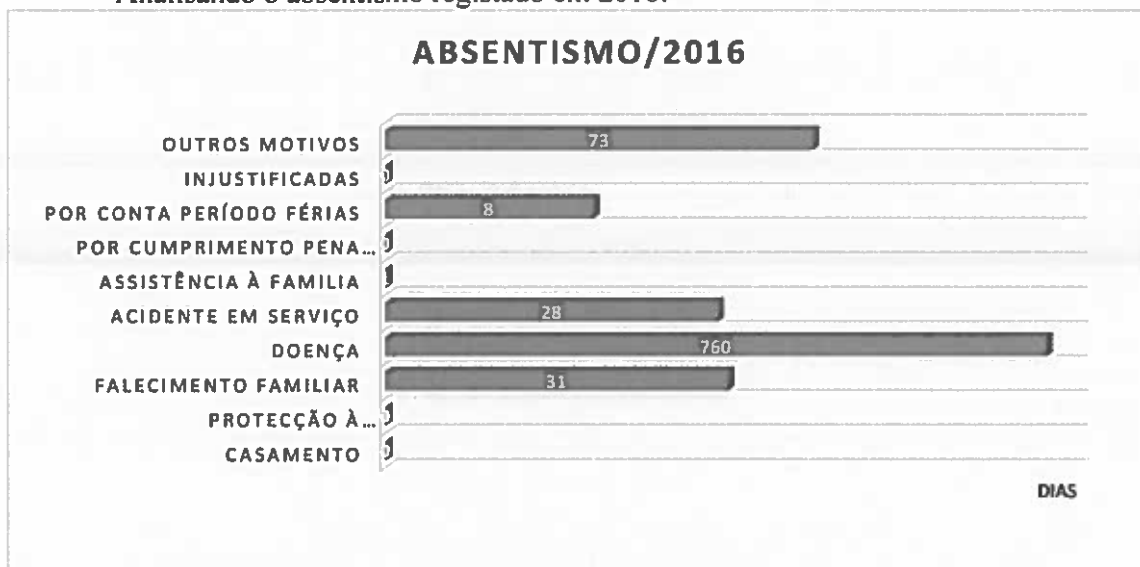
No gráfico seguinte, ilustra-se a estrutura da antiguidade na função pública, dos funcionários, em 31 de dezembro de 2016. O Município tem mais de metade dos trabalhadores com menos de 19 anos de serviço. Uma estrutura que tem vindo lentamente a ser renovada, considerando as limitações a que as autarquias têm estado sujeitas nos últimos anos.



Quanto à estrutura etária dos trabalhadores desta Autarquia, verificamos que o maior número se situa nas faixas etárias que vão dos 50 aos 54 anos. Constatamos que 53,76% dos trabalhadores têm menos de 49 anos de idade.



Analisando o absentismo registado em 2016:



Concluimos que o mesmo se cifrou em 901 dias, num universo de 93 trabalhadores e 251 dias úteis de trabalho, sendo que o principal motivo foi a doença.

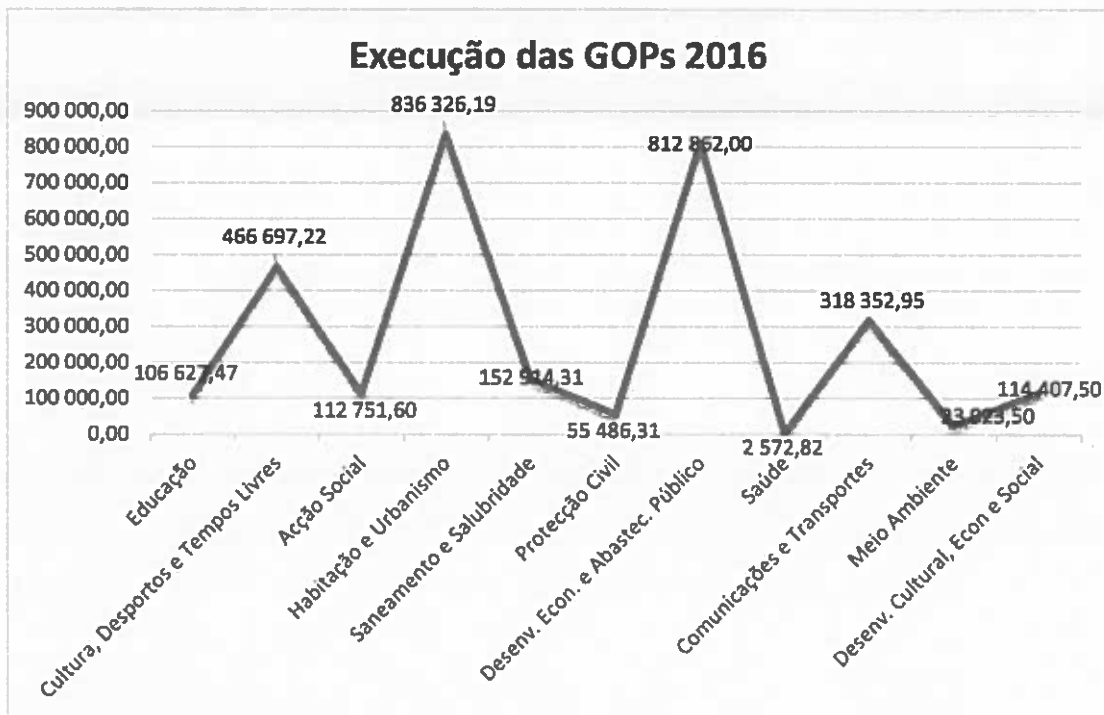
Estes valores correspondem a uma taxa de absentismo de 3,86%.

No que concerne à formação profissional, os funcionários participaram em 12 ações de formação externas, assistidas pelos funcionários das seguintes categorias profissionais:



Execução das Grandes Opções do Plano

Em 2016, os valores realizados nas GOPs têm a seguinte distribuição, por objetivo:



O objetivo que arrecadou a maior fatia de investimento foi “Habitação e Urbanismo” com 836.326,19 €, seguido do objetivo “Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público” com 812.862 €, depois o objetivo “Cultura, Desportos e Tempos Livres” com 466.697,22 € e “Comunicações e Transportes” com 318.352,95 € de execução.

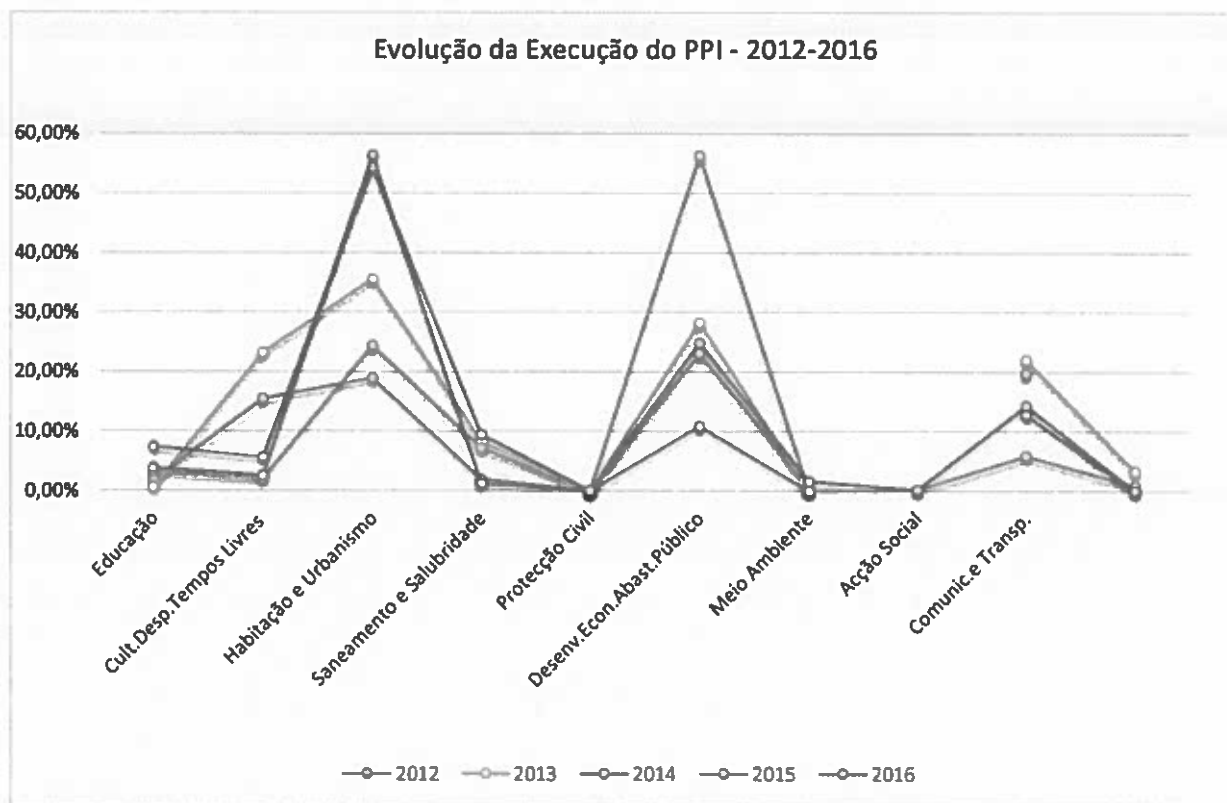
A execução anual fixou-se nos 73,1%, ou seja, dos 4.108.226,46 € previstos, executaram-se 3.002.921,87 €. Os desvios verificados prendem-se com várias situações:

- Projetos que tiveram uma execução inferior ao inicialmente previsto, como é o caso do Edifício da Celtex (a Recuperação de Fachadas/Coberturas Antiga Fábrica da Celtex e a Refuncionalização do Edifício da Celtex para Parque de Máquinas Municipal) e da Praça Multimodal;

- Projetos que não foram concretizados ou por problemas técnicos ou por opção de gestão ou por falta de oportunidade de realização de candidaturas a fundos comunitários.

O gráfico seguinte ilustra-nos a componente de investimento das GOP, comparando a sua aplicação por objetivo nos últimos cinco anos.

Há objetivos onde o montante do investimento tem sido sempre mais elevado, como podemos ver, na “Habitação e Urbanismo” e no “Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público”, nos restantes o investimento tem sido, mais ou menos, equitativo.

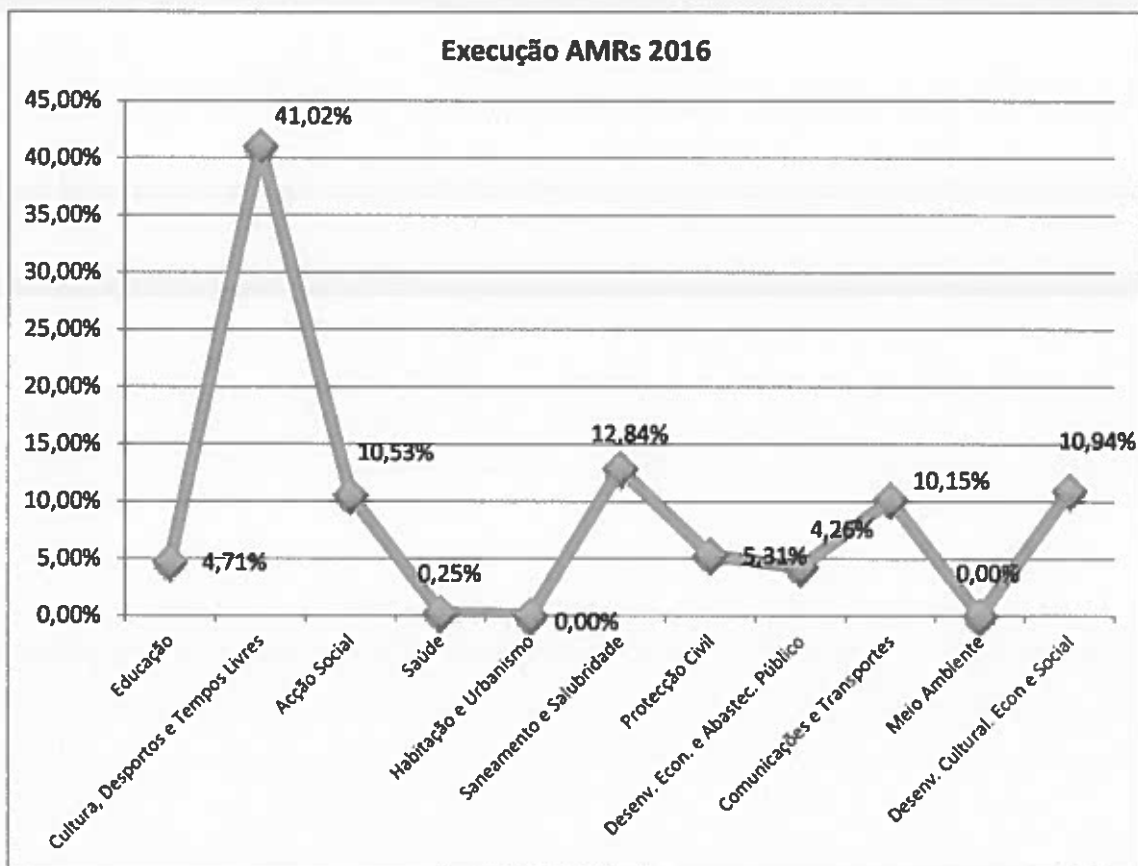


Em 2016, podemos destacar na execução do PPI: o pagamento da 3ª tranche da compra do Edifício da Celtex; a Recuperação dos Edifícios da Quinta da Portagem; a Recuperação de Fachadas/Coberturas Antiga Fábrica da Celtex; a Refuncionalização do Edifício da Celtex para Parque de Máquinas Municipal; a conclusão da Construção da Rede de Águas do Vale de Ródão; a Beneficiação/Pavimentação de Caminhos e Estradas Municipais.

Importa ainda referir que estavam previstos 2.298.196,46 € para o PPI e foram executados 1.556.291,67 €, registando-se assim uma execução de 67,7%. Os desvios verificados devem-se aos motivos já elencados para as GOPs. Os desvios verificados devem-se a condicionantes resultantes do enquadramento legal mais recente, Lei dos Compromissos, e ainda com a gestão de intenções financiadas por fundos comunitários, uma vez que parte da administração central não foi apresentado um calendário rigoroso que nos permitisse atuar de uma forma previsível.

O Município tem conseguido captar e realizar as respetivas intenções, na medida em que é detentor de uma tesouraria sólida, caso a mesma não existisse seríamos obrigados a colocar de parte algumas intenções de investimento.

Quanto às Atividades Mais Relevantes tiveram um nível de execução anual de 79,9%, ou seja, dos 1.810.030 € previstos, executaram-se 1.446.630,20 €.



Os objetivos “Cultura, Desportos e Tempos Livres” e “Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público” destacam-se dos restantes com 29,65% e 30,8%, respetivamente, do total.

Os projetos que se destacam nestes dois objetivos são: Aquisição de água para fornecimento (adquirida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.), Fornecimento de energia em média tensão, Fornecimento de Energia em baixa tensão, a organização da Feira da Castanha, a organização do Festival Al’ Mossassa, o apoio concedido à Fundação Cidade de Ammaia, os serviços adquiridos no âmbito da candidatura de Marvão a património mundial “Fortalezas Abaluardadas da Raia”, o apoio concedido às IPSS’s e associações do concelho, os apoios concedidos à organização do Festival de Música Internacional de Marvão e à organização do Festival de Cinema de Marvão; organização de várias atividades desportivas.

Outras atividades

Uma referência especial para a fixação das percentagens do Imposto Municipal de Imóveis, as quais foram, por deliberação da Assembleia Municipal tomada em Setembro de 2016, fixadas em 0,3% para os prédios urbanos avaliados nos termos do IMI

[Handwritten signatures and initials]

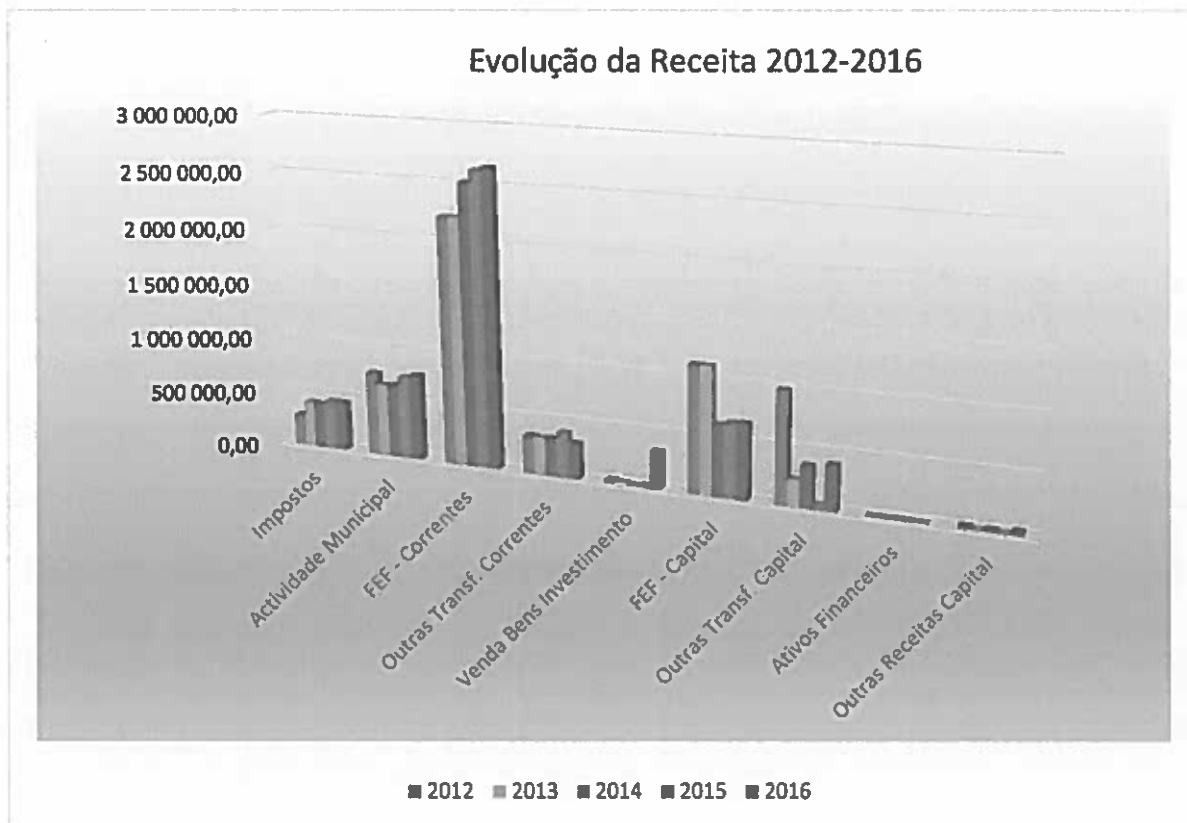
ANÁLISE ORÇAMENTAL

Receita

No ano de 2016, foram arrecadados 5.598.729,34 €, correspondendo 4.167.476,37 € a receitas correntes, 1.429.752,87 € a receitas de capital.

O saldo da gerência anterior incorporado em 2016, foi de 1.677.501,46 €, e não é considerado nos totais mencionados.

No gráfico seguinte, verificamos que todas as receitas mantiveram mais ou menos a mesma tendência, com exceção do “FEF-Correntes” (Fundo de Equilíbrio Financeiro), que registou uma ligeira subida de 2015 para 2016.

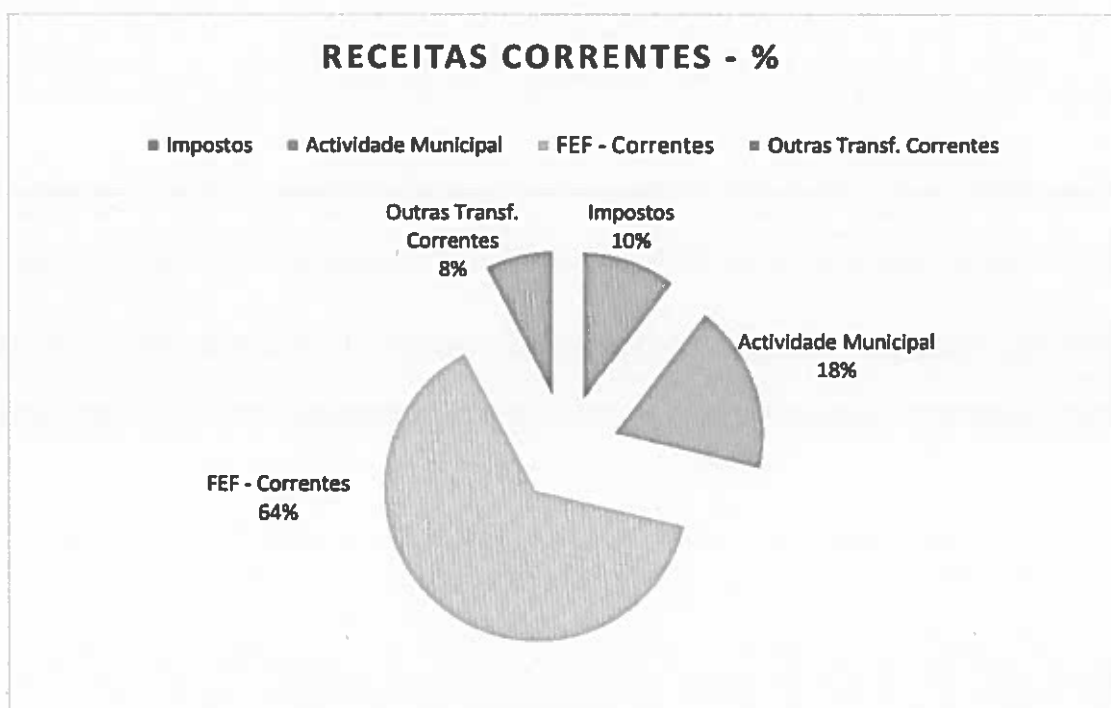


No próximo quadro podemos analisar as variações verificadas na estrutura das receitas correntes. No total, houve um decréscimo de 0,62% em relação ao ano anterior, justificado pela diminuição das transferências correntes.

Receitas Correntes	2015		2016		Crescimento 2015-2016	
	Executado	Previsto	Executado		Valor	%
			Valor	%		
Impostos Directos	431 469,83	402 904,00	428 352,30	106,32%	-3 117,53	-0,72%
Impostos Indirectos	4 600,86	7 823,00	4 775,38	61,04%	174,52	3,79%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	6 394,45	6 097,00	19 004,23	311,70%	12 609,78	197,20%
Rendimentos de Propriedade	194 414,08	187 350,00	184 481,09	98,47%	-9 932,99	-5,11%
Transferências Correntes	3 021 741,32	2 941 641,00	2 970 693,49	100,99%	-51 047,83	-1,69%
Venda de Bens e Serviços Correntes	534 312,86	430 995,00	560 124,56	129,96%	25 811,70	4,83%
Outras Receitas Correntes	557,74	570,00	45,32	7,95%	-512,42	-91,87%
Total	4 193 491,14	3 977 380,00	4 167 476,37	104,78%	-26 014,77	-0,62%

Os impostos directos diminuíram, essencialmente devido à diminuição do valor cobrado de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) e de IUC (Imposto Único de Circulação), apesar da subida do valor de IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas Imóveis).

Quanto à estrutura das receitas correntes, os fundos provenientes do Orçamento de Estado correspondem a 64%, enquanto a Actividade Municipal (Taxas, Multas e Outras Penalidades, Rendimentos de Propriedade, Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes e Outras Receitas Correntes) contribui apenas com 18% e os Impostos (IMI, IMT, IMV, Derramas, etc) com 10%, o que reforça a dependência do Orçamento de Estado para assegurar o seu funcionamento.



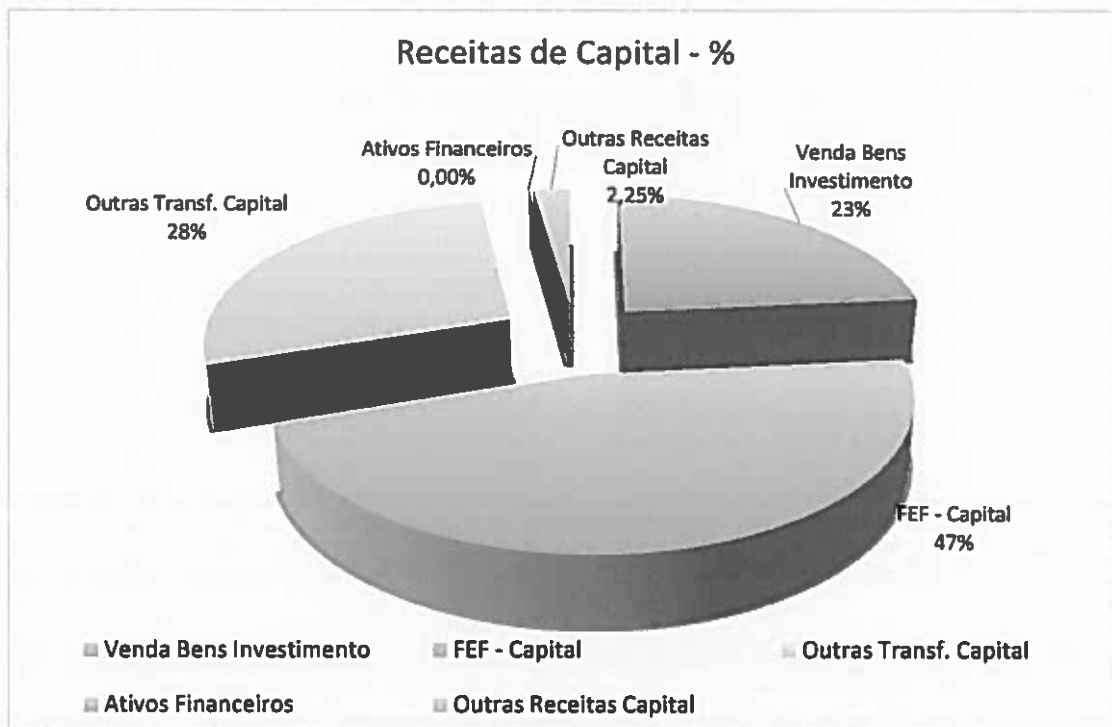
As receitas de capital aumentaram 100,25% no total, devido essencialmente, ao aumento da receita pela venda de bens de investimento, nomeadamente as casas da 1ª Hasta Pública do

[Handwritten signatures and marks]

Bairro da Fronteira, pelo aumento das transferências de capital, essencialmente devido ao pagamento dos 5% das candidaturas efetuadas no III QCA.

Receitas de Capital	2015	2016		Crescimento 2015-2016		
	Executado	Previsto	Executado		Valor	%
			Valor	%		
Venda de Bens de Investimento	18 309,50	11 490,00	334 555,55	2911,71%	316 246,05	1727,22%
Transferências de Capital	695 314,32	1 067 010,00	1 063 002,87	99,62%	367 688,55	52,88%
Activos Financeiros	350,00	420,00	0,00	0,00%	-350,00	-100,00%
Outras Receitas Capital	0,00	10,00	32 194,55	321945,50%	32 194,55	0,00%
Total	713 973,82	1 078 930,00	1 429 752,97	132,52%	715 779,15	100,25%

No gráfico seguinte, verificamos que a dependência das transferências do Orçamento de Estado (47%) este ano é menor, pelas causas já indicadas.



No cômputo geral, houve uma execução da receita de 110,73% face às dotações previstas, fato de que nos podemos orgulhar, pois significa que o orçamento foi elaborado com razoabilidade e teve uma excelente execução.

Despesa

As despesas globais totalizaram 5.374.394,85 €, ou seja, 79,81 % do valor previsto no Orçamento.

Em 2016, as despesas correntes atingiram 3.612.482,85 €, representando cerca de 67% das despesas municipais.

Despesas Correntes	2015	2016		Crescimento 2015-2016		
	Executado	Previsto	Executado		Valor	%
			Valor	%		
Despesas com o Pessoal	1 639 609,80	1 708 295,00	1 669 393,40	97,72%	29 783,60	1,82%
Aquisição de Bens e Serviços	1 422 839,30	1 869 880,00	1 532 857,56	81,98%	110 018,26	7,73%
Juros e Outros Encargos	4 635,66	7 500,00	2 439,01	32,52%	-2 196,65	-47,39%
Transferências Correntes	301 416,91	417 195,00	366 451,27	87,84%	65 034,36	21,58%
Subsídios	13 888,74	18 000,00	6 389,38	35,50%	-7 499,36	-54,00%
Outras Despesas Correntes	35 816,90	57 810,00	34 952,23	60,46%	-864,67	-2,41%
Total	3 418 207,31	4 078 680,00	3 612 482,85	88,57%	194 275,54	5,68%

No cômputo geral as despesas correntes aumentaram 5,68%, em relação a 2015. A rubrica “Aquisição de Bens e Serviços” é a que regista um maior aumento, que se justifica pela execução da gestão normal da autarquia, nomeadamente com a gestão do castelo, a elaboração de candidaturas aos fundos comunitários e a organização do arquivo municipal. Outra das rubricas que sofreu aumento, em relação a 2015, foram as transferências correntes, decorrente do apoio que o Município atribui às IPSSs e outras instituições do concelho.

As despesas de capital totalizaram 1.761.912,00 € e representam 33% das despesas globais.

Despesas de Capital	2015	2016		Crescimento 2015-2016		
	Executado	Previsto	Executado		Valor	%
			Valor	%		
Aquisição de Bens de Capital	1.429.897,23	2.222.356,46	1.495.737,07	67,30%	65.839,84	4,60%
Transferências de Capital	74.797,96	243.280,00	125.560,13	51,61%	50.762,17	67,87%
Activos Financeiros	39.205,00	39.205,00	39.205,00	100,00%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	148.686,63	150.000,00	101.409,80	67,61%	-45.276,83	-30,87%
Total	1.690.586,82	2.654.841,46	1.761.912,00	66,37%	71.325,18	4,22%

Da observação do quadro anterior constata-se que as despesas de capital são compostas, essencialmente pelas “Aquisições de Bens de Capital”, que se traduzem essencialmente na execução do Plano Plurianual de Investimentos.

Equilíbrio Financeiro entre Receitas e Despesas

Analisando diretamente o quadro apresentado, verificamos que foi respeitado o princípio do equilíbrio financeiro entre receitas e despesas correntes, imposto pela alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL.

	Correntes	Capital
Receitas	4 167 476,37 €	1 429 752,97 €
Despesas	3 612 482,85 €	1 761 912,00 €
% Receitas/Despesas	115,36%	81,15%

O saldo da gerência anterior, de execução orçamental, 1.677.501,46 € foi utilizado parcialmente para reforço das despesas correntes (+94.150 €), e o restante para reforço de despesa de capital.

No entanto, com a entrada em vigor, em 2014 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, as regras para o cálculo do equilíbrio orçamental passaram a ser as definidas no seu artigo 40º:

Receita Corrente Bruta tem de ser igual ou superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo.

Cálculo do Equilíbrio Orçamental

		31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016
1.	Receita Corrente Bruta cobrada	3.888.053,71 €	4.193.491,14 €	4.167.476,37€
2.	Despesa Corrente	3.442.323,47 €	3.418.207,31 €	3.612.482,85€
3.	Amortização Média de emp M/L Prazo	107.038,40 €	107.038,40 €	107.038,40 €
4=2+3	TOTAL	3.549.361,87 €	3.525.245,71 €	3.719.521,25 €
5=1-4	EQUILIBRIO ORÇAMENTAL	338.691,84 €	668.245,43 €	447.955,12 €

Como verificamos, a regra é cumprida, registando-se uma margem de 447.955,12 €.

Importa ainda referir, que as obras realizadas por administração direta, inscritas no Plano Plurianual de Investimentos, foram realizadas com despesas correntes (materiais e pessoal), como indica o Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro e o Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, pelo que agrava a despesa corrente, que na sua essência se traduz em investimento. Foram contabilizados como trabalhos da própria entidade 5.249,97€, no ano de 2016.

Dívida do Município

Evolução e Estrutura da Dívida Municipal	Valor
1. Dívidas de Financiamento	
Dívida a 1 de Janeiro de 2016	927.637,24 €
Dívida a 31 de Dezembro de 2016	834.227,44 €
Evolução	-103.409,80 €
2. Dívidas de Funcionamento	
Dívida a 1 de Janeiro de 2016	641.217,79 €
Dívida a 31 de Dezembro de 2016	529.712,61 €
Evolução	-111.505,18 €
3. Evolução do Endividamento Total	-214.914,98€

Da análise do quadro anterior, conclui-se que, na globalidade, o endividamento da autarquia diminuiu 214.914,98 €. Importa referir que a dívida de financiamento diminuiu 103.409,80 €, pela amortização normal feita aos empréstimos.

A dívida de funcionamento diminuiu 111.505,18 €, no entanto mantem-se num valor um pouco mais elevado, devido às tranches que ainda faltam pagar do edifício da Celtex e ao valor a pagar do Fundo de Apoio Municipal, este último apesar de legalmente não contribuir para o endividamento, é registado e reconhecido como valor em dívida.



Componente Económica**Proveitos**

Em 2016, os proveitos totais ascenderam a 5.738.488,68 €, aumentando face a 2015 e voltando a assumir o valor mais alto dos últimos cinco anos.

Para este comportamento positivo tiveram especial impacto os aumentos verificados nos Proveitos e Ganhos Operacionais (3%), em especial no aumento nas prestações de serviços, isto é, da bilheteira do castelo de Marvão.

Os Proveitos e Ganhos Operacionais, que contribuíram com 82% do total de proveitos, ascenderam em 2016 aos 4.707.761,74 € (+ 149.350,16 € = +3%) voltando então assim a aumentar tendo assumido o valor mais alto dos últimos três anos.

Os Proveitos e Ganhos Financeiros, devido ao efeito das descidas das taxas de juro, decresceram para 248.027,61 € (-23.084,35 € = -8,5%), essencialmente pela diminuição dos juros dos depósitos a prazo.

Relativamente aos Proveitos e Ganhos Extraordinários aumentaram, finalizando 2016 com um total de 782.699,33 € (+28.083,70 € = +3,7%).

Os proveitos totais de 2016 encontram-se distribuídos da seguinte forma:

	2012	2013	2014	2015	2016
Proveitos e Ganhos Operacionais	4.341.963,79	4.480.709,01	4.296.909,50	4.558.411,58	4.707.761,74
Proveitos e Ganhos Financeiros	276.622,81	244.844,87	260.344,51	271.111,96	248.027,61
Proveitos e Ganhos Extraordinários	571.938,06	546.456,23	391.062,89	754.615,63	782.699,33
Total	5.190.524,66	5.272.010,11	4.948.316,90	5.584.139,17	5.738.488,68

Como podemos observar, a estrutura de proveitos continua praticamente inalterada, assistindo-se a uma ligeira descida do peso dos proveitos financeiros em contrapartida do reforço do peso dos proveitos extraordinários para 13,52% do total dos proveitos (+5,62% em termos de reforço relativo).

No quadro seguinte, podemos verificar a composição dos proveitos operacionais:

	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Vendas e Prestação de Serviços	413.647,92	9,53%	402.590,71	8,98%	379.254,42	8,63%	422.982,56	9,28%	612.688,22	13,01%
Vendas de Mercadorias	18.229,21	0,37%	13.484,32	0,30%	12.844,85	0,30%	11.391,65	0,25%	12.328,13	0,26%
Vendas de Produtos	163.522,29	3,77%	146.429,14	3,27%	133.476,70	3,11%	154.070,24	3,38%	139.510,89	2,96%
Prestações de Serviços	233.826,74	5,39%	242.659,32	5,42%	232.920,93	5,42%	257.513,75	5,65%	316.756,16	6,73%
Outras	69,68	0,00%	17,93	0,00%	11,94	0,00%	6,94	0,00%	144.093,04	3,08%
Impostos e Taxas	266.541,98	6,14%	388.327,89	8,22%	398.416,46	8,27%	433.632,11	9,51%	455.556,70	9,68%
Trabalhos para a Própria Entidade	67.212,35	1,55%	35.645,90	0,80%	32.152,69	0,75%	24.138,91	0,53%	5.249,97	0,11%
Transferências e Subsídios Obtidos	3.594.561,33	82,79%	3.674.144,51	82,00%	3.487.085,93	81,15%	3.677.659,98	80,88%	3.634.268,85	77,20%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL PROVEITOS OPERACIONAIS	4.341.963,59		4.480.709,01		4.296.909,50		4.558.411,58		4.707.761,74	

As Transferências e Subsídios Obtidos, com 77,19%, mantiveram a predominância na estrutura de proveitos operacionais, o que vem confirmar a dependência da Autarquia deste tipo de receitas. Ainda assim, esta dependência atenuou-se ligeiramente no ano de 2016, com a descida ligeira do peso desta rubrica de 80,68% para 77,19% mantendo a mesma tendência do ano anterior.

O maior aumento registou-se na componente de “Vendas e Prestações de Serviços” com +189.705,64 € (+45%), passando esta rubrica a contribuir com 13,03% do total de proveitos operacionais, esta subida deve-se a dois fatores, à receita proveniente da bilheteira do castelo e ao reconhecimento do valor a pagar pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., referente ao pagamento de eletricidade de edifícios que estão na sua posse. Alterando para 2ª posição a rubrica mais relevante na composição deste tipo de proveitos, seguida dos “Impostos e Taxas” que contribui com 9,68% do total, ascendendo em 2016 aos 455.556,70 (+21.954,59 € = +5%). Esta subida deve-se ao aumento da receita decorrente de processos de obras particulares.

Custos

No exercício de 2016 os custos totais voltaram a descer para um total de 6.104.314,11 €. Esta descida de custos ascendeu aos -833.404,14 € (-12,01%) e a sua justificação assentou no comportamento dos Custos e Perdas Operacionais, como se pode verificar na estrutura e o peso das suas componentes no quadro seguinte:

	2012	2013	2014	2015	2016
Custos e Perdas Operacionais	5.745.163,76	5.961.024,15	5.758.986,62	6.621.212,46	5.683.057,99
Custos e Perdas Financeiros	190.344,67	67.194,17	67.406,94	70.438,79	70.112,08
Custos e Perdas Extraordinários	692.095,60	356.857,81	1.686.804,14	246.067,00	351.144,04
Total	6.627.604,03	6.385.076,13	7.513.197,70	6.937.718,25	6.104.314,11

Os Custos e Perdas Operacionais desceram significativamente face a 2015, regressando à tendência de descida que vinha sendo evidenciada desde 2013 e que havia sido interrompida em 2015.

Essa descida ascendeu aos 938.154,47 € (-14,17%), e teve o especial contributo da rubrica “Amortizações do Exercício” (que recorde-se havia sido a principal responsável pela subida dos custos operacionais em 2015, devido ao erro detetado na aplicação SIC - Sistema de Inventário e Cadastro e cujo impacto da correção foi imputado nesse ano de 2015), tendo a mesma descido 1.071.933,44€ (-33,64%) para os 2.114.286,72€, regressando a valores próximos aos de 2014 (mas ainda assim abaixo destes).

Também as rubricas de “CMVMC” e “Transferências Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais” contribuíram para a descida global verificada nos custos operacionais, ao registarem ambas descidas ao redor dos 4%. Em sentido inverso estiveram as rubricas “Custos com Pessoal” e “Fornecimentos e Serviços Externos” que registaram subidas de 3% e 7% respetivamente.

Os Custos e Perdas Financeiras mantiveram-se praticamente inalterados, registando uma ligeiríssima descida de 326,71€ face a 2015.

Os Custos Extraordinários subiram 42,7% em 2016 para os 351.144,04€, devido aos valores registados na conta de correções a exercícios anteriores.

A estrutura global de Custos voltou a contar com a forte predominância dos Custos e Perdas Operacionais, que por si só responderam por 93,10% do total, seguindo-se os Custos Extraordinários com 5,75% e os Custos e Perdas Financeiras com apenas 1,15%.

Considerando os Custos e Perdas Operacionais, que continua a ser a componente mais relevante, analisamos de seguida a sua estrutura e o comportamento das diversas rubricas que a compõem.

	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
CMVMC	134 711,79	2,34%	162 274,97	2,72%	111 187,14	1,93%	110 087,61	1,66%	105 369,09	1,85%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 220 797,70	21,25%	1 300 891,37	21,82%	1 255 083,58	21,79%	1 300 479,20	19,84%	1 389 571,64	24,45%
Custos com Pessoal	1 612 612,85	28,07%	1 768 946,12	29,68%	1 715 802,43	29,79%	1 645 535,69	24,85%	1 694 332,65	29,81%
Trf. Sub. Correntes Concedidos e Prest. Sociais	223 061,53	3,88%	293 710,35	4,93%	354 694,06	6,16%	368 724,82	5,57%	351 050,84	6,18%
Amortizações do Exercício	2 461 437,07	42,84%	2 289 157,96	38,40%	2 260 307,42	39,25%	3 186 220,16	48,12%	2 114 286,72	37,20%
Provisões do Exercício	77 104,12	1,34%	119 123,22	2,00%	40 645,88	0,71%	0,00	0,00%	10 931,71	0,19%
Outros Custos e Perdas Operacionais	15 438,70	0,27%	26 920,16	0,45%	21 266,31	0,37%	10 164,98	0,15%	17 515,34	0,31%
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	5 745 163,76		5 961 024,15		5 758 988,62		6 621 212,46		5 683 057,99	

A rubrica com maior peso na estrutura de Custos Operacionais continuou a ser a de “Amortizações do Exercício”, com 37,20% do total, ascendendo em 2016 aos 2.114.286,72 € e refletindo assim uma descida acentuada de 1.071.933,44 € (-33,64%) motivada pelo regresso à normalidade da contabilização desta rubrica após o impacto da correção de erros detetados no SIC em 2015 com impacto integralmente imputado nesse exercício, como já referido.

De seguida surge a rubrica de “Custos com Pessoal” com 29,81% do total, e que sofreu

uma subida de 48.796,96 € (+2,97%), principalmente motivada pela eliminação parcial dos cortes salariais implícitas no OE2016 e pelas novas contratações.

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” pesou em 24,45% do total de custos operacionais e sofreu uma nova subida de 89.092,44 € (+6,85).

A rubrica de “CMVMC” sofreu uma redução de 4.718,52€ (-4,29%).

As “Provisões do Exercício” ascenderam aos 10.931,71 €, justificadas com a passagem de dívidas de clientes para cobrança duvidosa.

A rubrica de “Transferências Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais”, ascendeu aos 351.050,84 € (-17.673,98 € = -4,79%).

Resultados

O Resultado Líquido do exercício de 2016 foi negativo em 365.825,43 € refletindo uma expressiva melhoria nos prejuízos, em 987.753,35 € face a 2015.

Os Resultados Operacionais ascenderam aos -975.296,25 €, o que significou uma melhoria dos resultados negativos em 1.087.504,63 €.

Os Resultados Financeiros continuaram em terreno positivo, mas evidenciando uma quebra de 22.758 € face a 2015 motivada essencialmente pela quebra dos proveitos financeiros, refletindo a continuada baixa de taxa de juros de remuneração dos depósitos a prazo do Município. Ainda assim, este resultado continua a revelar uma adequada gestão da dívida e dos recursos financeiros do Município.

Os Resultados Extraordinários em 2016 continuaram fortemente positivos, ascendendo a 431.555 €.

	2012	2013	2014	2015	2016
Resultados Operacionais	-1.403.200 €	-1.480.315 €	-1.462.077 €	-2.062.801 €	-975.296 €
Resultados Financeiros	86.278 €	177.651 €	192.938 €	200.673 €	177.916 €
Resultados Extraordinários	-120.158 €	189.598 €	-1.295.741 €	508.549 €	431.555 €
Total	-1.437.079,37	-1.113.066,02	-2.564.880,80	-1.353.579,08	-365.825,43

Atendendo à estrutura de balanço da Autarquia, fortemente influenciada por um património do domínio público de valor muito elevado, a sua amortização será sempre muito forte, sendo natural a continuidade de resultados líquidos negativos atendendo à pouca margem de progressão na subida de receitas de índole operacional num concelho de reduzida dimensão e ao atual contexto em que o país se encontra.

Considerando esta realidade, será mais “justo” e clarificador da real situação económica do Município analisar os seus Cash-Flows, ou seja, a sua capacidade real em gerar fluxos financeiros para cumprir com as suas responsabilidades, análise essa feita ao nível dos Meios Libertos Brutos (antes das componentes financeira e extraordinária, medida pelo EBIDTA) e Meios Libertos Líquidos (após as componentes financeira e extraordinária da atividade, medida pelo Cash-Flow).

Em seguida apresenta-se o quadro com a evolução destes indicadores nos últimos 5 anos:

	2012	Var (%)	2013	Var (%)	2014	Var (%)	2015	Var (%)	2016	Var (%)
EBIDTA	1 058.237 €	-24%	808.843 €	-1,31%	798.230 €	40,74%	1 123 418 €	1,39%	1 138 990 €	1,39%
Cash-Flow	1 024 358 €	-38,35%	1 178 092 €	14,81%	-304 573 €	-125,90%	1 832 641 €	-701,71%	1 748 461,29 €	-4,59%

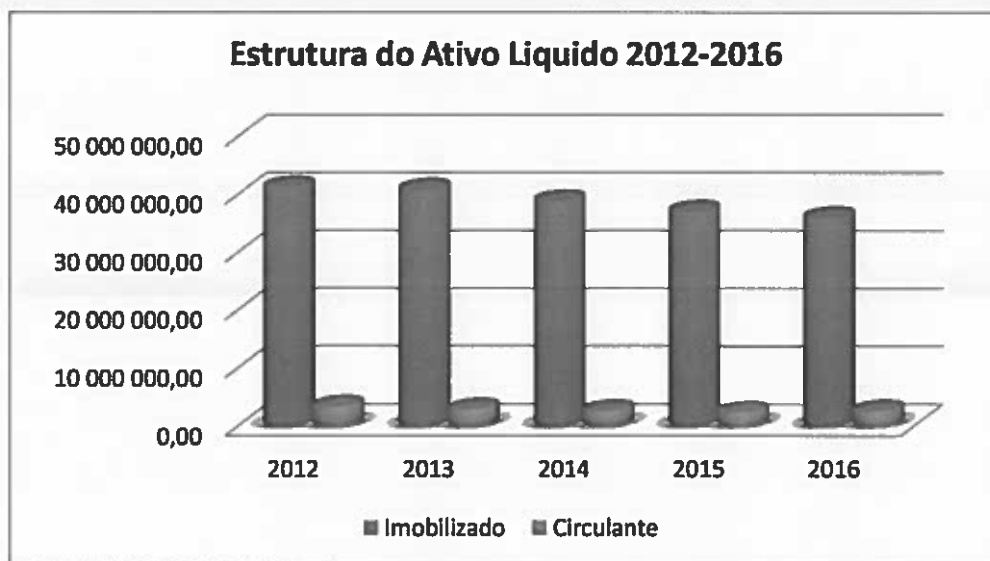
Verificamos que o EBIDTA continua a evidenciar uma boa capacidade de geração de meios a partir da componente operacional para solver os seus compromissos.

Fruto de todos os fatores já analisados que permitiram uma melhoria do Resultado Líquido, em 2016 o Município viu os seus Cash-Flow continuar em patamares fortemente positivos.

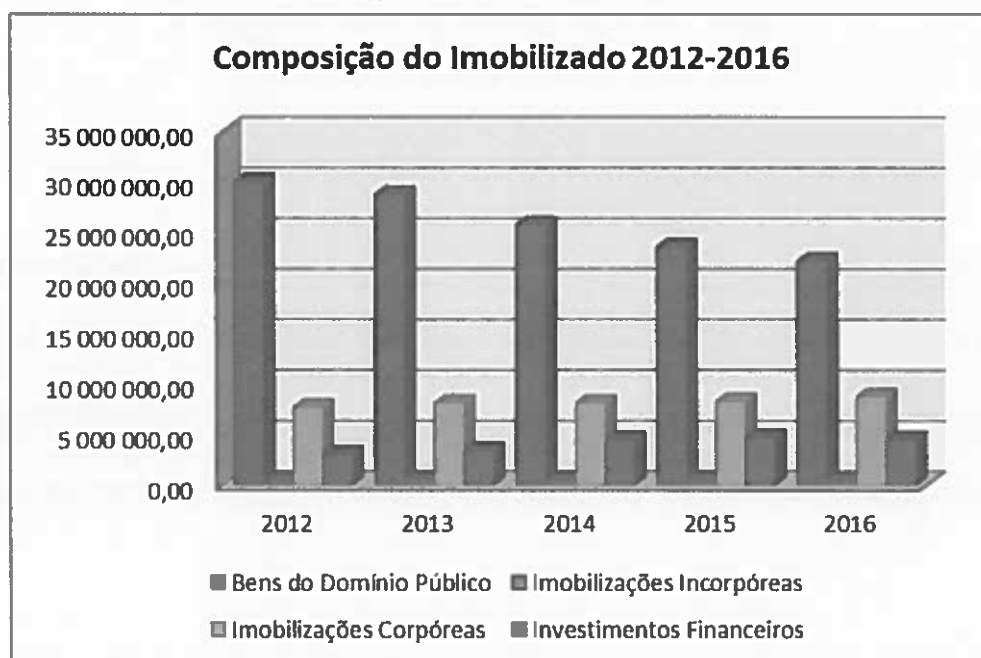
Componente Financeira

Ativo

No final de 2016, o Ativo líquido totalizava 38.492.858,25 €, diminuindo face a 2015 em 875.011,22 €, fruto da influência natural das amortizações do exercício, e encontrava-se estruturado da seguinte forma:



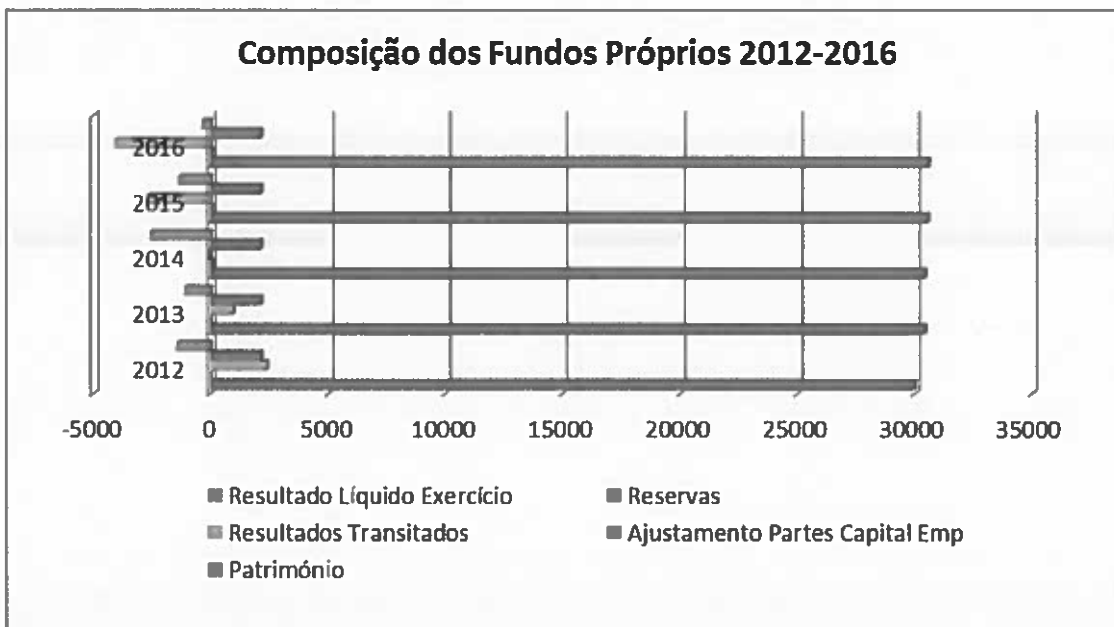
Como se percebe facilmente do gráfico, a grande parcela do Ativo continua a pertencer, com naturalidade, ao imobilizado, o qual está subdividido nas seguintes categorias:



Fundos Próprios

Os Fundos próprios são compostos por “Património”, “Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas”, “Reservas”, “Resultados Transitados” e pelo “Resultado Líquido do Exercício”, tal como o demonstra o gráfico seguinte:

Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and another signature below it, along with some scribbles.



Em 2016 os Fundos Próprios ascenderam aos 28.328.652,61 €, refletindo uma redução de 339.781,25 € face a 2015.

Passivo

No final do exercício de 2016, o passivo municipal atingia 10.164.205,64 € revelando uma descida de 5,11% face a 2015, e encontrava-se repartido como o exposto no gráfico seguinte:



[Handwritten signatures and notes on the right side of the page]

A rubrica “Acréscimos e diferimentos” volta a destacar-se com 86,32% do total, facto que se explica principalmente pelo grande volume de proveitos diferidos (8.268.962,57 €) que se referem a subsídios ao investimento obtidos, mas cujo efetivo proveito, segundo o princípio da especialização dos exercícios, se deve repercutir nos exercícios seguintes, à medida que se vão amortizando os investimentos.

Neste contexto, a dívida comercial a terceiros continua a ter um peso pouco expressivo no passivo total.

Analiseemos um pouco mais pormenorizadamente o conteúdo das Dívidas a Terceiros e a sua evolução:

	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Dívidas a Terceiros M/L Prazo	1 347 161,97	94,62%	1 228 886,19	90,57%	1 079 678,41	63,95%	1 131 261,07	71,82%	896 133,33	65,85%
Dívidas a Instituições de Crédito	1 347 161,97	94,62%	1 228 886,19	90,57%	1 079 678,41	63,95%	935 637,24	59,40%	739 314,50	54,33%
Fundo de apoio Municipal	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	195 623,83	12,42%	156 818,83	11,52%
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	76 630,07	5,38%	127 916,56	9,43%	608 639,77	36,05%	443 835,06	28,18%	464 744,51	34,15%
Empréstimos Curto Prazo									94 912,94	
Fornecedores c/c e Vendas a Dinheiro	25 908,86	1,82%	75 809,49	5,59%	90 040,35	5,33%	49 189,84	3,12%	28 009,71	2,06%
Clientes e Utentes c/ Cauções										
Fornecedores de Imobilizado	0,00	0,00%	3 628,40	0,27%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	21 837,88	1,53%	30 479,80	2,25%	36 278,45	2,15%	28 478,54	1,81%	76 599,58	5,63%
Outros Credores	28 883,33	2,03%	17 998,87	1,33%	482 320,97	28,57%	366 166,68	23,25%	265 222,28	19,49%
TOTAL DÍVIDAS A TERCEIROS	1 423 792,04		1 356 802,75		1 688 318,18		1 575 096,13		1 360 877,84	

O quadro anterior evidencia a inexistência de dívidas a Fornecedores de Imobilizado, uma nova descida das dívidas a Outros Credores (-100.944,40 €), refletindo essencialmente o pagamento de mais uma tranche do edifício da Celtex. Assinala-se igualmente uma nova descida das dívidas a Fornecedores Correntes (-21.180,13 €). Já a dívida ao Estado registou uma subida de 169% para os 76.599,58 €, justificado pelo IVA a restituir ao estado proveniente do apuramento do 4.º trimestre de 2016, em que estão refletidas as faturas da compensação e acerto de eletricidades com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A..

Neste exercício de 2016 registam-se pela primeira vez empréstimos de curto prazo no montante de 94.912,94 €. Este registo não significa qualquer assunção de novos compromissos financeiros, mas sim com a alteração do registo contabilístico das verbas a amortizar no ano seguinte (neste caso 2017) nos empréstimos de médio e longo prazo como dívida de curto prazo, alteração de prática de registo contabilístico sugerida pelo Revisor Oficial de Contas e devidamente implementada. Não existe assim base de comparação com exercícios anteriores (por ser uma alteração de registo contabilístico que não necessita de ajustamentos a exercícios anteriores), e será um método de registo deste tipo de dívidas que será replicado nos exercícios seguintes.

No global, as dívidas a terceiros de curto prazo revelaram uma subida de 20.909,45 € (+4,71%). O montante seria mais baixo, se não se reconhecesse como dívida de curto prazo a tranche do FAM (Fundo de Apoio Municipal) a pagar em 2017. Importa ainda referir que os montantes que o Município tem a pagar para o FAM, não contribui para o somatório do endividamento do Município. Isto é, há 39.605 € nas dívidas de curto prazo e 156.818,83 € nas dívidas de médio e longo prazo, que não relevam para o endividamento.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo ascenderam a 896.133,33 €, o que refletiu uma descida de 20,79 %.

Rácios

Nome	Fórmula	2012	2013	2014	2015	2016
Rentabilidade do Capital Próprio	Resultados Líquidos	-1,34%	-3,43%	-8,58%	-4,72%	-1,29%
	Fundos Próprios					
Autonomia Financeira	Fundos Próprios	74,48%	74,40%	73,60%	77,68%	73,59%
	Activo					
Estrutura do Endividamento	Dívidas a Terceiros M/L Prazo	79,32%	68,58%	67,88%	54,89%	53,43%
	Passivo (sem Proventos Diferidos)					
Cobertura do Imobilizado	Fundos próprios + Div. a Terc. M/L Prazo + Prov. Diferidos	107,13%	105,52%	112,42%	110,54%	104,32%
	Activo Fixo					
Solvência Total	Activo Total	2618,03%	2434,48%	1923,84%	1910,01%	2031,02%
	Passivo (sem Proventos Diferidos)					
Liquidez Geral	Activo Circulante	4288,49%	2200,15%	584,12%	531,70%	549,32%
	Passivo de Curto Prazo (s/ Acréscimos e Diferimentos)					
Liquidez Reduzida	Disponibilidades	3467,63%	1655,44%	313,47%	384,95%	417,69%
	Passivo de Curto Prazo (s/ Acréscimos e Diferimentos)					

A estrutura económico-financeira da Autarquia manteve-se relativamente estável na generalidade dos indicadores, com destaque para a solidez patrimonial do balanço e a liquidez.

A Rentabilidade do Capital Próprio mantém-se em campo negativo fruto de resultados líquidos negativos, encontrando-se já justificado anteriormente a origem desta situação, registando-se ainda assim uma melhoria considerável neste indicador.

A Autonomia Financeira reduziu-se em aproximadamente 4 %, motivada pela diminuição dos fundos próprios em ritmo ligeiramente superior à diminuição do Ativo, continuando em patamares muito confortáveis.

No indicador de Cobertura do Imobilizado, o mesmo baixou para os ainda assim confortáveis 104,32%, confirmando a estabilização da estrutura de financiamento da Autarquia, como aliás os 53,43% no rácio da estrutura de endividamento deixa transparecer, com o ativo fixo, quando necessário, a ser financiado por capitais alheios de médio e longo prazo, mais ajustados à vida útil do mesmo.

A Solvência Total cresceu face a 2015, fixando-se nuns ainda mais expressivos 2.031,02%.

Os indicadores de liquidez do Município recuperaram e evidenciaram subidas face a 2015, com o indicador de liquidez geral a fixar-se nos 549,32% e o indicador de liquidez reduzida a subir para os 417,69%. Ambos os indicadores continuam a evidenciar patamares muito confortáveis de liquidez.

Com a liquidez reduzida neste patamar, a gestão corrente da Autarquia continua reforçada, ganhando poder negocial perante fornecedores e Banca, libertando margem para novos investimentos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o estabelecido no ponto 2.7.3 do POCAL, no início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”, pelo que a sua aplicação se encontra refletida na referida conta.

